



# MASTER PLAN



COMITÊ TEMÁTICO DA INDÚSTRIA  
DE DEFESA - COMDEFESA CEARÁ

PROGRAMA PARA  
DESENVOLVIMENTO  
DA INDÚSTRIA

# Sumário

1. INTRODUÇÃO .....	3
2. JUSTIFICATIVA .....	4
3. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS.....	6
4. ESPECIFICAÇÃO .....	6
4.1. Requisitos.....	6
4.2. Premissas.....	7
4.3. Restrições.....	7
5. MAPEAMENTO DE ATORES .....	7
6. LEVANTAMENTO DE RISCO DO PROJETO.....	8
7. COMUNICAÇÃO DO PROJETO.....	9
8. ARTEFATOS DO PROJETO .....	10
9. REFERÊNCIAS.....	11

## 1. INTRODUÇÃO

Dado o impacto social e econômico da violência e da criminalidade no estado Ceará, as esferas da segurança pública e defesa social passam a ganhar destaque como áreas para um mais robusto desenvolvimento. Especificamente no âmbito da segurança pública e seu impacto no setor produtivo, estima-se que a indústria perdeu, aproximadamente, o equivalente a 94 milhões de reais por furtos, roubos e vandalismos (FIEC, 2017). Além das perdas descritas, a partir dos dados coletados em uma sondagem realizada em 2017, obteve-se a estimativa de mais de 500 milhões de reais dispensados à serviços de segurança privada e seguros com o intuito de prevenir e remediar as perdas causadas pela insegurança às quais as empresas estão sujeitadas (FIEC, 2017).

Frente ao papel motriz das indústrias no desenvolvimento regional, compreende-se que tais prejuízos enfraquecem a dinâmica econômica do país, e especificamente no Ceará, comprometendo futuros investimentos e, por consequência, a empregabilidade nos mais diversos setores. Reconhecendo, dessa forma, demandas compartilhadas por diversos setores industriais, bem como o potencial para aumentar a competitividade empresarial, ressalta-se a necessidade de ações alinhadas e direcionadas à resolução do problema. Nessa direção, destacam-se exemplos como os das Federações das Indústrias de São Paulo, do Rio de Janeiro, de Pernambuco, do Rio Grande do Sul e de Minas Gerais, as quais organização Comitês Temáticos Empresariais voltados para a temática de Segurança Pública e Defesa Social.

Adicionalmente às temáticas de segurança pública alinhadas com as demandas do setor produtivo, os comitês das Federações anteriormente citadas também apresentam um amplo debate na área de investimentos voltados para a esfera das Indústrias de Defesa. Frente a isso, compreende-se que o objetivo do presente projeto reside na criação de um Comitê Temático de Segurança Pública e Defesa Social - Comdefesa. Os impactos previstos deste projeto se direcionam a uma maior articulação em prol de suprir as necessidades do âmbito empresarial no que tange à segurança pública e seu impacto negativo nas empresas, bem como fomentar o desenvolvimento das indústrias de defesa no estado do Ceará. O Comdefesa tem por objetivo identificar os principais entraves e oportunidades do setor produtivo no que tange à temática, assim como propor políticas e programas de incentivo à base industrial cearense de defesa e de segurança pública, a partir da interação de indústria, academia e governo, contribuindo para o aprimoramento e a implementação de estratégias de segurança pública e defesa social para o estado e para o país.

## 2. JUSTIFICATIVA

As Indústrias enfrentam a problemática da Segurança Pública, a qual tem escalonado em impactantes perdas econômicas no país, e, por consequência, diminuindo a competitividade das empresas. Por exemplo, em uma sondagem especial realizada pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI), estimou-se que, em 2016, a falta de segurança pública causou a perda de 27,1 bilhões de reais ao setor produtivo, contemplando gastos com seguro e segurança privada, além de perdas por crimes como roubos, furtos e vandalismos (CNI, 2017). Especificamente no que tange ao estado do Ceará, estima-se que esse custo foi o equivalente a 594 milhões de reais (FIEC, 2017).

Direcionando o olhar às oportunidades de investimentos ainda na esfera da Segurança Pública e da Defesa Social, as Indústrias de Defesa surgem como uma área de desenvolvimento estratégico em momentos de crise econômica. A Indústria de Defesa e Segurança contempla, em território brasileiro, um amplo conjunto de atividades, as quais geram alto desenvolvimento tecnológico e empregabilidade direta e indireta (Ministério da Defesa, 2014). Esse setor industrial pode ser dividido em quatro campos principais de atuação: máquinas, equipamentos mecânicos, eletrônicos e de informática, como armas, munições e equipamentos militares e de alto teor tecnológico; veículos e equipamentos especializados de transporte; construção, instalação e conservação de imóveis; e, por fim, manutenções, reparações e serviços específicos (Guilhoto, 2015). Com base na produção dessas indústrias, uma pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas e pela Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança, o produto interno bruto (PIB) do Complexo Produtivo da Defesa e da Segurança correspondeu a 3,7% do PIB do Brasil ainda em 2014, o equivalente ao valor estimado de 202 bilhões de reais (Guilhoto, 2015). Adicionalmente, o complexo industrial nesse setor gerou o equivalente a 60 mil empregos diretos e 240 mil empregos indiretos em território brasileiro (Ministério da Defesa, 2014).

Deve-se ressaltar, no entanto, que apesar da grande contribuição desse setor no que tange ao PIB do país, 98,33% das 180 empresas registradas no Sistema de Cadastramento de Produtos e Empresas de Defesa (SISCAPED) estão instaladas no eixo Sul – Sudeste – Centro-Oeste. No Nordeste, obteve-se o registro de duas indústrias em Pernambuco e apenas uma instalação no estado do Ceará. Frente à expressiva desproporcionalidade de instalações industriais vinculadas a produtos de defesa e segurança, observa-se a presença dos denominados Comdefesa, Comitês Temáticos Empresariais das Indústrias de Defesa, operando como um importante catalisador de direcionamentos econômicos e políticos na área, além de beneficiar a atração de investimentos ao setor (Ministério de Defesa, 2014).

Com os avanços tecnológicos que o país vem apresentando e com a vanguarda do Ceará em iniciativas estratégicas de enfrentamento à criminalidade, além do crescente capital intelectual formado

no estado, um complexo industrial de defesa e segurança apresentam um expressivo potencial de contribuição para o desenvolvimento econômico no setor. A oportunidade da criação de um Comdefesa no estado do Ceará representaria a articulação, enquanto catalisador, para identificar os principais entraves e oportunidades do setor produtivo no que tange à temática, assim como propor políticas e programas de incentivo à base industrial cearense de defesa e de segurança pública, a partir da interação de indústria, academia e governo, contribuindo para o aprimoramento e a implementação de estratégias de segurança pública e defesa social, bem como o desenvolvimento acelerado de tecnologia e de capital humano intelectual com elevada qualificação. Seguindo os bem-sucedidos exemplos de outras Federações das Indústrias, como a FIRJAN e a FIESP, a criação de um comitê semelhante no Ceará possibilitaria o desenvolvimento de mecanismos aptos a identificar oportunidades mercadológicas, assim como avaliar o potencial industrial já instalado no território estadual (GONÇALVES, 2018).

Frente ao exposto, observa-se o caráter imprescindível da criação de um Comitê Temático Empresarial de Defesa e Segurança Pública (Comdefesa), buscando canalizar esforços mais direcionados e assertivos na resolução de demandas comuns ao setor produtivo no que tange à segurança pública. Ademais, espera-se que o comitê possa mapear entraves para o desenvolvimento do complexo industrial de defesa, assim como melhor fomentar a atração de investimentos para o estado, promovendo, assim, desenvolvimento econômico e social. Nessa direção, investimentos em defesa reduziriam a dependência externa, bem como fortaleceriam a economia. O Comdefesa pretende ser consolidado enquanto um órgão de caráter consultivo e propositivo, vinculado à Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S/A - ADECE, e composta por entidades privadas, organizações não-governamentais e órgãos públicos e privados relacionados ao setor da Segurança Pública e Defesa Social ou a ele associados, atuando em colegiado. Este projeto, proposto por um grupo de especialistas na temática durante o Painel de Especialistas do projeto Masterplan da Federação das Indústrias do Estado do Ceará, prevê a realização, direta ou indireta, das ações propostas no seu *roadmap*, de acordo com o quadro abaixo:

Ações diretamente contempladas	Ações indiretamente contempladas
Criação de Polo Tecnológico e Industrial de Defesa e Segurança Pública no Estado do Ceará.	Aplicação do conceito de tríplice-hélice (Academia - Indústria - Governo) na busca de soluções inovadoras em segurança pública.
	Fortalecimento do Fórum Popular de Segurança Pública para articulação e discussão permanente da política estadual de segurança pública e a política de desenvolvimento econômico e social do estado.

Estruturação da governança de segurança pública em Comitês Temáticos.

Vale ressaltar ainda que este projeto pretende contribuir para o alcance da visão de futuro construída pelos especialistas no painel da Rota Estratégica de Segurança Pública, a saber “Ceará seguro, reconhecido pela promoção da cultura de paz, garantia de direitos e inovação nas ações integradas de prevenção e controle da violência”.

### 3. OBJETIVO GERAL E ESPECÍFICOS

O objetivo geral deste projeto é articular a criação de um Comitê Temático de Segurança Pública e Defesa Social - Comdefesa junto à Federação das Indústrias do Estado do Ceará - FIEC.

Objetiva-se especificamente:

- Identificar demandas prejudiciais ao setor produtivo no âmbito da segurança pública por meio de pesquisas de levantamento;
- Promover debates na temática, visando sistematizar propostas alinhadas entre os entes interessados e propor soluções às demandas identificadas;
- Mapear indústrias com potencial de fornecimento às compras públicas do Estado e possíveis áreas propícias a esse investimento na área de Segurança Pública;
- Mapear indústrias com potencial de fornecimento e catalogação de seus produtos nos órgãos do Ministério da Defesa (MD);
- Formular, implantar e monitorar políticas públicas para Segurança Pública do setor privado e para Indústrias de Defesa no estado;
- Divulgação do projeto entre entidades sindicais vinculadas à FIEC que possam ter interesse em integrar o comitê;
- Facilitar mecanismos de governança e execução de iniciativas direcionadas à Segurança Pública e à Defesa Social entre setor produtivo, governo e sociedade civil;
- Agregar valor às cadeias produtivas, assim como potencializar a competitividade e o avanço tecnológico das empresas, visando fortalecer o parque industrial do Ceará.

### 4. ESPECIFICAÇÃO

#### 4.1. Requisitos

Para que este comitê tenha uma possível organização e um efetivo funcionamento e impacto, listam-se, a seguir, os requisitos mínimos:

- Deve conter representatividade de todos os setores industriais que possuem demandas em relação à segurança pública, assim como instituições que possam contribuir para o desenvolvimento da indústria de defesa;
- Deve estar alinhado com o modelo de funcionamento de grupos de trabalhos e câmaras setoriais de forma a estar vinculado à Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S/A – ADECE;
- Deve ser um espaço para desenvolver discussões sobre a segurança pública e a indústria de defesa no estado, bem como deliberar propostas e possíveis encaminhamentos que tenham o intuito de atuar tanto nas demandas de segurança pública do setor produtivo quanto na identificação de áreas de investimento na indústria de defesa, servindo à expansão da economia cearense à geração de empregos e renda.

#### 4.2. Premissas

Além disso, este projeto lida com algumas premissas, a saber:

- Deve ser reconhecido como um comitê estratégico ao desenvolvimento do Ceará na temática;
- Deve ocorrer a divulgação do comitê, bem como seus possíveis impactos na economia do estado, a fim de potencializar os investimentos na Indústria de Defesa e fortalecer o desenvolvimento tecnológico nessa área.

#### 4.3. Restrições

As restrições deste projeto são apresentadas a seguir:

- O Comitê aqui projetizado se propõe aos debates e às proposições que busquem o desenvolvimento das indústrias de defesa e a mais efetiva resolução das demandas em segurança pública do setor produtivo, abstendo-se de enfoques com base nos interesses de indústrias específicas, mas sim em prol do alinhamento coletivo de direcionamentos entre participantes.

### 5. MAPEAMENTO DE ATORES

Os atores (instituições) mais indicados a participarem do projeto são apresentados no quadro a seguir:

Instituição
Agência de Desenvolvimento do Estado do Ceará S/A - ADECE
Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior - SECITECE

Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social - SSPDS
Federação das Indústrias do Estado do Ceará - FIEC
Sindicatos associados à FIEC
Base Industrial de Defesa - BID
Bancos financiadores
Agências de Fomento
Sistema S
Instituições de Ensino Superior
Incubadoras
Secretaria do Desenvolvimento Econômico do Ceará - SDE
Ministério da Defesa - MD
Forças Armadas do Brasil – Marinha, Exército e Força Aérea
Força auxiliar e de reserva do Exército Brasileiro – Polícia Militar do Ceará

## 6. LEVANTAMENTO DE RISCO DO PROJETO

Os riscos mensuráveis no projeto são apresentados no quadro a seguir com suas possíveis causas e prováveis efeitos:

Risco	Causas possíveis	Efeitos prováveis
1. Enfraquecimento do comitê	Falta de apoio institucional	Inviabilização da criação do comitê
	Discussões e ações pouco adequadas às demandas do setor produtivo	Descontinuidade do comitê por ineficácia
	Não delimitação do escopo de atuação do comitê	Inicial inviabilização da criação do comitê, pelo não alinhamento da atuação devido a eventuais conflitos de interesses
	Falta de representatividade das indústrias de defesa que poderiam ser beneficiadas do mapeamento de áreas de investimento	Descontinuidade do comitê devido à resolução de demandas pontuais de segurança pública
2. Falta de interesse de instituições mapeadas para integrar o comitê	Falta de apoio institucional	Inviabilização da criação do comitê

## 7. COMUNICAÇÃO DO PROJETO

As atividades de comunicação do projeto, bem como o escopo, participantes e periodicidade são expostos a seguir:

Atividade	Escopo	Participantes	Periodicidade
Comunicação interna	A ferramenta utilizada para acompanhar as informações detalhadas das atividades dos projetos será o quadro digital (Trello). O acompanhamento das informações macro serão através de um quadro físico anexado no Núcleo de Economia e Estratégia (NEE) da FIEC	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	Permanente
Comunicação externa	Contato com os Stakeholders do projeto será via e-mail e, posteriormente, telefone. Todos os contatos serão registrados em ferramenta interna de gestão de contatos	Todos os envolvidos	Permanente
Solicitações para o projeto	Quaisquer solicitações formais devem ser feitas somente via e-mail. Portanto, solicitações por chats, ligações ou mensagens serão desconsideradas	Todos os envolvidos	Permanente
Reunião com o coordenador do projeto	Local: FIEC A priorização das atividades será feita por opinião dos especialistas (coordenador do projeto)	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	Semanalmente ou, no máximo, quinzenalmente
Metodologia de condução do projeto	O projeto seguirá a metodologia ágil de gestão de projetos chamada Scrum e adaptada às necessidades deste projeto	Todos os envolvidos	Permanente
Sprints	As sprints do projeto serão entregues através de reuniões presenciais Serão realizadas reuniões semanais para atualizar o grupo sobre o andamento das atividades	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	21 dias

Stakeholders	<p>Será elaborado um documento com a identificação de Stakeholders</p> <p>O pesquisador e o coordenador do projeto farão uma identificação da relevância dos Stakeholders em alto e médio/baixo impacto para definir o acompanhamento das informações do projeto</p>	Pesquisador, coordenador e líder Masterplan (opcional)	Permanente e revisado semanalmente
--------------	--	--	------------------------------------

## 8. ARTEFATOS DO PROJETO

- Plano de Comunicação
- Plano de Risco
- Plano de Gerenciamento de Escopo do Projeto

## 9. REFERÊNCIAS

CNI – CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS. Sondagem especial de Segurança. Brasília: 2017.

FIEC – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ. Sondagem especial do Ceará. Fortaleza, 2017.

GUILHOTO, Joaquim J. M. Cadeia de valor e importância socioeconômica do complexo de defesa e segurança do Brasil. ABIMDE – Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança. São Paulo: FIPE – Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, 2015.

MINISTÉRIO DE DEFESA. Mais de mil produtos e empresas cadastrados como estratégicos da área de Defesa. Brasília: 2014. Disponível em: <<https://www.defesa.gov.br/noticias/13017-mais-de-mil-produtos-e-empresas-cadastrados-como-estrategicos-da-area-de-defesa>>. Acesso em: 13 fev. 2019.

GONÇALVES, Vianney. Indústria & Segurança Pública, Panorama e Perspectivas: Sinergias e Oportunidades para a Indústria Cearense no setor da Segurança Pública e Defesa. Fortaleza, 2018.

REALIZAÇÃO:



PARCERIA:



APOIO

